

**EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 764.737 - DF  
(2015/0205325-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : MARIA TEREZA DE MELO FRANCO**  
**EMBARGANTE : IRACEMA DAMASO DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR E OUTRO(S) - DF011555**  
**MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM - DF016619**  
**EMBARGADO : UNIÃO**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MARIA TEREZA DE MELO FRANCO contra a decisão de e-STJ fls. 422/423, na qual foi determinada a remessa dos autos à origem, para que o agravo em recurso especial seja processado e julgado como agravo regimental.

A parte embargante aduz que já houve a interposição de regimental na origem e respectivo julgamento pelo Tribunal, sendo certo que "determinar o retorno dos autos para que o agravo seja processado como novo agravo regimental significa admitir a interposição de 02 agravos regimentais e de 02 recursos especiais (e-STJ fls. 230/243) e (e-STJ fls.346/352)" (e-STJ fl. 428).

Passo a decidir.

A questão jurídica referente à incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001 teve a repercussão geral reconhecida pela STF, com julgamento de mérito em aresto assim ementado:

Recurso extraordinário. 2. Administrativo. 3. Servidor público. 4. Incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001. 5. Impossibilidade. 6. Recurso extraordinário provido. (RE 638115/CE, Relator Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe 03-08-2015).

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial de mesmo objeto, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem, para que seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório da Suprema Corte.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração para

# *Superior Tribunal de Justiça*

TORNAR SEM EFEITO o julgamento de e-STJ fls. 422/423 e DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que realize o juízo de conformação com o acórdão proferido no aludido recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema submetido à repercussão geral.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator